



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS DE MINAS**

**LEI Nº 7.335, DE 6 DE JUNHO DE 2016.**

**Dispõe sobre o serviço público relativo ao estacionamento rotativo de veículos denominado “Zona Azul” e dá outras providências.**

O Povo do Município de Patos de Minas, Estado de Minas Gerais, por seus representantes, aprovou, e, eu em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Município de Patos de Minas autorizado a outorgar a concessão de serviço público relativo ao estacionamento rotativo de veículos denominado “Zona Azul”, mediante licitação, na modalidade de concorrência.

§ 1º O estacionamento rotativo será pago pelo usuário por hora ou fração no horário compreendido entre 08:00 às 18:00 horas, de segunda a sexta-feira e de 08:00 às 14:00 horas aos sábados, sendo que o prazo máximo permitido será de duas horas, vedada a sua prorrogação.

§ 2º O valor a ser pago pelo usuário será definido pela Administração Pública, por meio de critérios técnicos, podendo ser reajustado anualmente de acordo com a variação da UFPM – Unidade Fiscal do Município de Patos de Minas, ou outro indexador que venha a substituí-lo.

§ 3º Nas áreas adjacentes aos perímetros de grande aglomeração de veículos a cobrança será equivalente à 50% (cinquenta por cento) do valor estipulado.

§ 4º O estacionamento será livre aos domingos e feriados.

§ 5º A concessão a que se refere esta Lei se regerá, no que couber, pelas normas estabelecidas no art. 175 da Constituição Federal e pela Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995 e suas alterações.

Art. 2º A concessão dar-se-á mediante contrato, à pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco por prazo determinado.

Art. 3º O prazo da concessão será de 05 (cinco) anos, renováveis por igual período, caso demonstrado interesse público.

Art. 4º Incumbe à concessionária a execução adequada do serviço concedido, cabendo-lhe responder por todos os prejuízos causados ao Município, aos usuários ou a terceiros, salvo, se a fiscalização exercida pelo órgão competente exclua ou atenuar essa responsabilidade.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS DE MINAS

Parágrafo único. As contratações, inclusive de mão-de-obra, feitas pela concessionária serão regidas pelas disposições do direito privado e pela legislação trabalhista, não se estabelecendo qualquer relação entre os terceiros contratados pela concessionária e o Município.

Art. 5º A transferência de concessão ou controle societário da concessionária sem prévia anuência do Município implicará a caducidade da concessão.

Parágrafo único. Para fins de obtenção da anuência de que trata o *caput* deste artigo o pretendente deverá:

- I – atender às exigências de capacidade técnica, idoneidade financeira e regularidade jurídica e fiscal necessárias à assunção do serviço;
- II – comprometer-se a cumprir todas as cláusulas do contrato em vigor.

Art. 6º O Município poderá intervir na concessão, com o fim de assegurar a adequação na prestação do serviço, bem como o fiel cumprimento das normas contratuais, regulamentares e legais pertinentes.

Art. 7º Extingue-se a concessão nos seguintes casos:

- I – advento do termo contratual;
- II – encampação;
- III – caducidade;
- IV – rescisão;
- V – anulação;
- VI – falência ou extinção da empresa concessionária e falecimento ou incapacidade do titular, no caso de empresa individual.

§ 1º Considera-se encampação a retomada do serviço pelo Município durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica e após prévio pagamento da indenização.

§ 2º A inexecução total ou parcial do contrato acarretará, a critério do Município, a declaração de caducidade da concessão ou a aplicação das sanções contratuais, observadas as disposições legais e contratuais.

§ 3º Declarada a caducidade, não resultará para o Município qualquer espécie de responsabilidade em relação aos encargos, ônus, obrigações ou compromissos com terceiros ou com empregados da concessionária.

§ 4º O contrato de concessão poderá ser rescindido por iniciativa da concessionária, no caso de descumprimento das normas contratuais pelo Município, mediante ação judicial especialmente intentada para esse fim, sendo que os serviços prestados pela concessionária não poderão ser interrompidos ou paralisados antes do trânsito em julgado da decisão judicial.

Art. 8º São direitos e obrigações dos usuários:



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS DE MINAS**

- I – receber serviço adequado;
- II – receber do poder concedente e da concessionária, informações para a defesa de interesse individuais ou coletivos;
- III – levar ao conhecimento do poder público e da concessionária as irregularidades de que tenham conhecimento, referentes ao serviço prestado;
- IV – comunicar às autoridades competentes os atos ilícitos praticados pela concessionária na prestação do serviço;
- V – contribuir para a permanência das boas condições dos bens públicos através dos quais lhes são prestados os serviços.

Art. 9º A concessão de serviço público relativo ao estacionamento rotativo de veículos, pressupõe a prestação de serviço adequado ao pleno atendimento dos usuários, conforme estabelecido nesta Lei, nas normas pertinentes e no respectivo contrato.

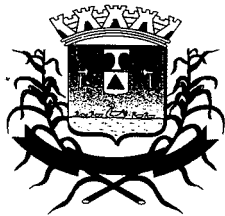
Parágrafo único. Serviço adequado é o que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas.

Art. 10 Ficam REVOGADAS as Leis municipais nº 7.262, de 23 de fevereiro de 2016 e 2.541, de 13 de dezembro de 1989.

Art. 11 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Patos de Minas, 6 de junho de 2016, 128º ano da República e 148º ano do Município.

  
Pedro Lucas Rodrigues  
Prefeito Municipal



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS DE MINAS**

**DECRETO Nº 4.367, DE 27 DE OUTUBRO DE 2017.**

**Regulamenta a Lei 7.335, de 6 de junho de 2016, que “dispõe sobre o serviço público relativo ao Estacionamento Rotativo de Veículos ‘ZONA AZUL’ no Município de Patos de Minas - MG”.**

O Prefeito do Município de Patos de Minas - MG, no uso das atribuições que lhe confere o inc. VII do art. 95 da Lei Orgânica do Município e,

Considerando o disposto na Lei Municipal nº 7.335, de 6 de junho de 2016, que “dispõe sobre o serviço público relativo ao Estacionamento Rotativo de Veículos denominado ‘Zona Azul’ e dá outras providências”;

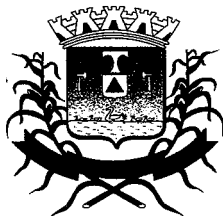
Considerando que o sistema de estacionamento rotativo pago traduz-se em verdadeira necessidade de democratização do espaço público, utilizado como solução parcial aos problemas de estacionamento em vias públicas no perímetro urbano do município de Patos de Minas;

## **D E C R E T A:**

Art. 1º Este Decreto dispõe sobre o sistema de estacionamento rotativo pago de veículos automotores denominado “Zona Azul”, administrado em vias e logradouros públicos dentro do perímetro urbano do município de Patos de Minas, segundo as diretrizes previstas na Lei Municipal nº 7.335, de 6 de junho de 2016 e pela Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que “instituiu o Código de Trânsito Brasileiro”.

Art. 2º A exploração do sistema de estacionamento rotativo pago “Zona Azul” de veículos automotores nas vias e logradouros públicos do município de Patos de Minas será outorgada pelo Poder Concedente à pessoa jurídica de direito privado, mediante concessão onerosa precedida de licitação, na modalidade concorrência pública, adotando-se o critério da maior oferta de pagamento pela outorga e participação na receita na forma do art. 10 deste Decreto.

Parágrafo único. Os projetos e elementos técnicos norteadores da licitação serão fornecidos pelo Poder Público Concedente, por meio da Secretaria Municipal de Trânsito, Transporte e Mobilidade, e farão parte integrante do edital e respectivo contrato de concessão.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS DE MINAS

Art. 3º A operação e exploração do estacionamento rotativo pago “Zona Azul” de veículos serão efetivadas e controladas por meio de equipamentos eletrônicos automáticos e sistema informatizado a serem implantados pelo licitante vencedor.

§ 1º O sistema de estacionamento rotativo pago “Zona Azul” será implantado em trechos, devidamente sinalizados, das vias e logradouros públicos do Município de Patos de Minas, conforme ANEXO ÚNICO desse Decreto.

§ 2º O quantitativo de vias e logradouros públicos que compõem o Sistema o Rotativo de Estacionamento Pago “Zona Azul” poderá ser modificado, com a inclusão ou exclusão de novos trechos, ruas ou praças.

§ 3º Os serviços de exploração do sistema de estacionamento rotativo pago “Zona Azul” de veículos automotores em vias e logradouros públicos compreenderão todos aqueles relacionados ao fornecimento, instalação, substituição, conservação e modernização dos equipamentos utilizados no sistema, bem como sinalizações, vertical e horizontal, além de obras necessárias à operação da concessão, ficando a cargo da concessionária os custos de implantação e operação.

§ 4º A exploração do estacionamento rotativo pago “Zona Azul” de veículos nas vias e logradouros públicos deverá ser efetivada por meio de créditos eletrônicos, com a utilização de equipamentos eletrônicos portáteis expedidores de comprovantes de aquisição de tempo de estacionamento, associados à outros meios de cobrança eletrônica que permitam a imediata informação sobre as movimentações financeiras executadas, garantindo total controle da arrecadação e auditoria permanente por parte do Poder Concedente.

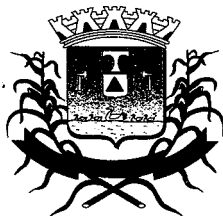
§ 5º Não será permitida a implantação de equipamentos do tipo parquímetro eletrônico, para evitar vandalismos e poluição visual no município.

§ 6º O crédito eletrônico para utilização do Sistema de Estacionamento Rotativo Pago “Zona Azul”, deverá ser acompanhado de cupom fiscal, havendo instrumento legal para viabilizar a emissão, relativo ao serviço prestado.

Art. 4º O preço público a ser cobrado pelo uso das vagas do estacionamento rotativo pago “Zona Azul”, por veículos automotores, deverá ser na forma de créditos eletrônicos, em períodos que serão identificados nas placas de sinalização.

§ 1º O valor a ser cobrado para veículos automotores de 04 (quatro) e 03 (três) rodas por hora de estacionamento, estabelecido como fração mínima, será definido, previamente à licitação, por critérios técnicos.

§ 2º O valor a ser cobrado para veículos automotores de 2 (duas) rodas será equivalente a 50% do valor estipulado para os veículos de 4 (quatro) e 3 (três) rodas.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS DE MINAS

§ 3º O estacionamento de veículos para carga e descarga de mercadorias, em vagas destinadas ao estacionamento rotativo pago–Zona Azul, implicará no pagamento do estacionamento rotativo, equivalente a quantidade de vagas ocupadas.

§ 4º No perímetro do estacionamento rotativo pago, as motocicletas e as motonetas deverão estacionar exclusivamente nos locais pré-determinados, que serão devidamente sinalizados com placas regulamentares (sinalização vertical e horizontal).

§ 5º A permanência do condutor ou passageiro no interior ou próximo do veículo não desobriga o pagamento do preço público de ocupação da vaga de estacionamento.

§ 6º Os Quadriciclos, Triciclos e Motos equipadas com sidecar deverão estacionar nas vagas de estacionamento para automóveis, responsabilizando-se o condutor e/ou proprietário pela existência do crédito de estacionamento rotativo para fins de fiscalização e atuação de trânsito.

Art. 5º Nas placas de sinalização afixadas nas áreas controladas pelo sistema de estacionamento rotativo pago “Zona Azul” constará os dias, horário de funcionamento do sistema e o tempo máximo permitido para permanência contínua do veículo na mesma vaga, sendo obrigatória a retirada do veículo quando expirado o tempo máximo de permanência.

Parágrafo único. O uso das vagas por tempo diferente do limite estabelecido na sinalização regulamentar para atendimento de serviços que exijam utilização extraordinária depende de prévia autorização especial do órgão executivo de trânsito municipal.

Art. 6º No caso de descumprimento deste decreto, o infrator fica sujeito às penalidades previstas no Código de Trânsito Brasileiro – CTB -, podendo ser atuado com fundamento no inciso XVII do art. 181 do CTB, Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 e suas regulamentações.

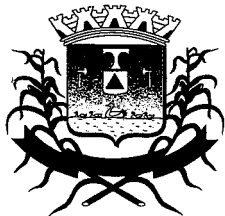
§ 1º Constatada o descumprimento deste decreto, poderá ser emitida notificação de irregularidade, a ser afixada no veículo, através dos agentes credenciados da Concessionária, informando ao usuário que seu veículo está em desacordo com a regulamentação.

§ 2º O pagamento do Aviso de Irregularidade em até 01(uma) hora de sua emissão, libera o condutor da infração e MULTA previstas art. 181, inciso, XII, do CTB.

§ 3º Fica autorizado, quando necessário, a apreensão e/ou remoção de veículos estacionados irregularmente, com a cobrança do valor referente ao serviço de apreensão/remoção e de diárias de recolhimento ao pátio.

Art. 7º Excluem-se da obrigação de pagar o estacionamento rotativo:

I – os veículos de emergência, quando em serviço;



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS DE MINAS

II – os veículos de utilidade pública, quando em serviço e devidamente identificados;

III – os veículos oficiais a serviço de órgãos públicos.

Art. 8º A Concessionária será responsável exclusiva pelos contratos de comercialização com os Postos de Vendas - PDVs -, devendo zelar pelo bom desempenho, atendimento e imagem dos locais de venda junto ao público usuário.

§ 1º Os Postos de Vendas - PDVs - deverão ser estrategicamente distribuídos em estabelecimentos comerciais.

§ 2º Os Postos de Vendas - PDVs - não poderão exceder a 100 (cem) metros da vaga para aquisição do crédito eletrônico, de forma a atender uma proporção de 01 (um) posto de venda para no máximo 30 (trinta) vagas de estacionamento.

§ 3º Os Postos de Vendas - PDVs - deverão ser de fácil acesso para atender adequadamente a demanda dos usuários, admitindo-se exceções devidamente justificadas com a aprovação da Secretaria Municipal de Trânsito, Transporte e Mobilidade.

§ 4º Os Postos de Vendas - PDVs - deverão manter seu horário de funcionamento no mínimo igual ao de funcionamento do sistema de estacionamento rotativo pago “Zona Azul” e caracterizados de forma visível.

Art. 9º A Concessionária deverá contratar Agentes Credenciados para monitorar o uso do Sistema de Trânsito Rotativo, de forma a possibilitar o bom funcionamento e adequada prestação dos serviços.

Parágrafo único. Dentre as principais funções dos monitores estão:

I – orientar os usuários para a adequada utilização do estacionamento rotativo pago – Zona Azul;

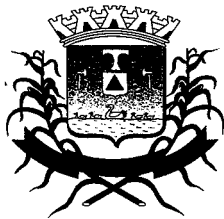
II – realizar venda de créditos eletrônicos por meio de dispositivos móveis portáteis;

III - monitorar os veículos estacionados nas vagas de estacionamento rotativo pago, constatando e denunciando as irregularidades ao agente da Autoridade de Trânsito;

IV – realizar Notificações de Irregularidades.

Art. 10 . O Poder Concedente terá o direito a receber, mensalmente, da Concessionária, um percentual da receita bruta mensal auferida com a operação do sistema de estacionamento rotativo pago “Zona Azul”, cuja quantia será estabelecida nos termos da oferta vencedora da licitação, obedecido o percentual mínimo definido no edital.

Parágrafo Único. O valor a ser repassado ao Município de Patos de Minas, como contraprestação pela concessão do serviço público relativo ao estacionamento rotativo pago - Zona Azul - deverá ser depositado diretamente em conta bancária específica do Fundo Municipal de Trânsito e Transporte, até o 10º (décimo) dia útil subsequente ao mês de arrecadação, realizado a apuração/fechamento mensal, que poderá ser auditada pela Secretaria Municipal de Trânsito e Mobilidade Urbana.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS DE MINAS

Art. 11. A Concessionária se incumbirá, sem ônus para o Município, de fornecer, instalar, gerenciar e conservar os equipamentos empregados no sistema, realizar obras, inclusive sinalização viária, contratar e manter, às suas expensas e responsabilidade, todo o pessoal envolvido, que se fizerem necessários à exploração da concessão.

Parágrafo único. Constitui condição essencial, a ser cumprida pela Concessionária, a manutenção de escritório próprio nesta cidade, destinado às operações de gerenciamento do sistema e ao atendimento à comunidade usuária.

Art. 12. Ao Poder Público Municipal e à Concessionária não caberá qualquer responsabilidade por acidentes, danos, furtos ou prejuízos de qualquer natureza que os veículos dos usuários venham a sofrer nos locais de estacionamento rotativo pago - Zona Azul.

Art. 13. Ao final do prazo da concessão, toda a sinalização de regulamentação utilizada na operação dos estacionamentos reverterá para o Município, sem qualquer ônus ao erário.

Art. 14. Aplica-se a este Decreto a disposições da Lei Municipal nº 7.335/2016; Lei nº 5.471/2004, Código de Transito Brasileiro – CTB – e regulamentações dos Órgãos de Transito.

Art. 15. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

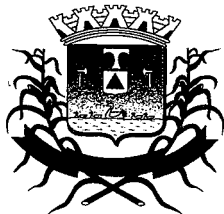
Prefeitura Municipal de Patos de Minas, 27 de outubro de 2017.

José Eustáquio Rodrigues Alves  
Prefeito Municipal

Roberto Carlos de Campos  
Secretário Municipal de Trânsito, Transporte e Mobilidade

Jádir Souto Ferreira  
Procurador-Geral do Município





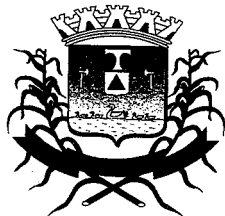
# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS DE MINAS**

## **ANEXO ÚNICO**

### **Sistema de Estacionamento Rotativo Pago “Zona Azul”**

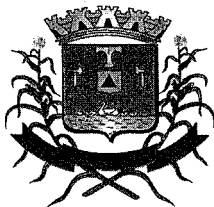
#### **Vias e Logradouros:**

<b>LOCAL</b>	<b>TRECHO</b>
Avenida Brasil	Entre a Rua Dona Luiza e Rua Cônego Getúlio
Avenida Getúlio Vargas	Entre a Rua Prefeito Camundinho e Rua General Osório
Avenida Paranaíba	Entre a Rua Cônego Getúlio e a Rua Dona Luiza
Praça Abner Afonso	Em toda sua extensão
Praça Antônio Dias	Em toda sua extensão
Praça Desembargador Frederico	Em toda sua extensão
Praça Dom Eduardo	Em toda sua extensão
Praça Dona Genoveva	Em toda sua extensão
Praça Santana	Em toda sua extensão
Rua Afonso Pena	Entre a Pça. Antônio Dias e Pça. Dom Eduardo
Rua Agenor Maciel	Em toda sua extensão
Rua Amazonas	Entre a R. Doutor Marcolino e Rua Major Gote
Rua Ana de Oliveira	Entre a Rua Eufrásio Rodrigues e Rua Bernardes Assis
Rua Bernardes Assis	Em toda sua extensão
Rua Cônego Getúlio	Entre a Rua Farnese Maciel e Rua Rui Barbosa
Rua Deiró Borges	Entre a Pça. Dom Eduardo e Pça. Dona Genoveva
Rua Doutor Marcolino	Entre a Rua José de Santana e Rua Pará
Rua Farnese Maciel	Em toda sua extensão
Rua General Osório	Entre a Rua Tiradentes e Rua Major Gote



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS DE MINAS

Rua José de Santana	Entre Rua Padre Brito e Rua Ana de Oliveira
Rua José Reis	Em toda sua extensão
Rua Juca Mandú	Entre a Rua Major Gote e Rua Cinco de Maio
Rua Maestro Randolpho	Entre Rua Major Gote e Rua Alfredo Borges
Rua Major Gerônimo	Entre a Pça. Champagnat e Rua Eufrásio Rodrigues
Rua Major Gote	Entre a Rua Pará e Pça. Champagnat
Rua Marechal Floriano	Entre a Rua Dona Luíza e Rua Major Gote
Rua Olegário Maciel	Entre a Pça. Abner Afonso e Pça. João Pinheiro
Rua Padre Caldeira	Entre a Rua Teófilo Otoni e Rua 31 de março
Rua Prefeito Camundinho	Entre a Rua Major Gote e Rua Doutor Marcolino
Rua Rui Barbosa	Entre a Rua Doutor Marcolino e Rua Major Gote
Rua Silva Guerra	Entre a Rua Doutor Marcolino e Rua Padre Brito
Rua Tenente Bino	Em toda sua extensão
Rua Teófilo Otoni	Entre a Pça Dona Genoveva e Rua José de Santana
Rua Tiradentes	Entre a Pça. Juquinha Caixeta e Rua José de Santana



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS DE MINAS**

**LEI Nº 7.361, DE 27 DE JULHO DE 2016.**

**Dispõe sobre a utilização das vias públicas para embarque e desembarque, carga e descarga, criação de faixa exclusiva para veículos especiais no Município.**

O Povo do Município de Patos de Minas, Estado de Minas Gerais, por seus representantes, aprovou, e, eu em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º As áreas destinadas a embarque e desembarque, carga e descarga e a criação da faixa ou via de trânsito exclusivo, serão regulamentadas por esta Lei.

Art. 2º Será destinada área de estacionamento de curta duração para embarque e desembarque em parte da via, que deverá ser sinalizada para este fim.

Parágrafo único: Durante a utilização desta área será obrigatório o uso do piscar-alerta do veículo ativado, em período de tempo pré-determinado.

Art. 3º Será reservado espaço destinado ao estacionamento de veículos particulares que transportam estudantes, defronte ou próximo às escolas, nos horários de entrada e saída dos mesmos, podendo ser utilizado para outras finalidades nos demais horários, inclusive estacionamento rotativo.

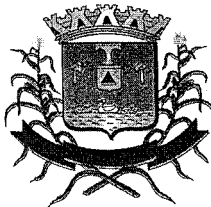
§ 1º Serão colocadas placas indicando os horários de embarque e desembarque dos estudantes com prazo determinado.

§ 2º Deverá ser reservado o mínimo de 01 (uma) vaga exclusiva para a parada de veículos que transportem pessoas com deficiência física, mobilidade reduzida ou visual, nos locais descritos neste artigo, pelo tempo que se fizer necessário para o embarque ou desembarque e montagem ou desmontagem dos equipamentos de locomoção.

Art. 4º Fica estabelecido que o local destinado ao carregamento ou descarregamento de mercadorias e ou animais "carga e descarga", será devidamente sinalizado, especificando-se o tempo de permanência, os horários e locais permitidos.

Art. 5º Será destinada área para estacionamento dos veículos de emergência, utilidade pública e veículos oficiais, e ainda, a área de segurança das edificações públicas.

Art. 6º Poderá ser criada faixa ou via de trânsito exclusivo, destinada aos veículos de transporte coletivo urbano, táxi e mototáxi com passageiros, e ainda os veículos de emergência, tais como ambulâncias, bombeiros, polícia e fiscalização de trânsito, ficando



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS DE MINAS**

a Administração Municipal autorizada a proceder com as adequações necessárias à sua implantação.

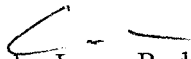
Art. 7º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias do Fundo Municipal de Trânsito e recursos ordinários caso necessário.

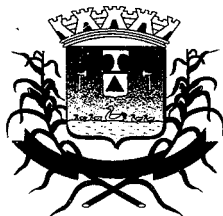
Art. 8º Esta Lei será regulamentada no prazo de trinta dias da data de sua publicação.

Art. 9º Ficam revogadas as Leis nºs. 4.139, de 19 de abril de 1996, 5.733, de 28 de abril de 2006, 5.827, de 15 de dezembro de 2006, 6.090, de 5 de junho de 2009 e 6.893, de 8 de maio de 2014.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Patos de Minas, 27 de julho de 2016, 128º ano da República e 148º ano do Município.

  
Pedro Lucas Rodrigues  
Prefeito Municipal



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS DE MINAS**

**DECRETO Nº 4.368, DE 27 DE OUTUBRO DE 2017.**

**Regulamenta a Lei 7.361, de 27 de julho de 2016, que “dispõe sobre a utilização das vias públicas para embarque e desembarque e carga e descarga no Município de Patos de Minas-MG”.**

O Prefeito do Município de Patos de Minas, nos termos das Constituições Federal e Estadual, no uso das atribuições que lhe confere o inc. VII do art. 95 da Lei Orgânica do Município e;

Considerando o disposto no art. 25 da Lei Municipal nº 5.417, de 4 de março de 2004, que “dispõe sobre o Sistema de Transporte e Circulação no Município de Patos de Minas, adequando a legislação municipal à federal, em especial, ao Código de Trânsito Brasileiro e dá outras providências”;

Considerando o disposto no art. 8º da Lei Municipal nº Lei 7.361, de 27 de julho de 2016, que “dispõe sobre a utilização das vias públicas para embarque e desembarque, carga e descarga, criação de faixa exclusiva para veículos especiais no Município”;

## **D E C R E T A:**

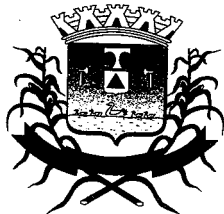
Art. 1º As áreas reservadas pela Secretaria Municipal de Trânsito, Transporte e Mobilidade para embarque e desembarque serão isentas de tarifa e poderão ser utilizadas pelo prazo de até 10 (dez) minutos, com uso obrigatório do pisca-alerta do veículo ativado.

§ 1º As áreas de que trata o *caput* deste artigo deverão ser estrategicamente distribuídas, não podendo ser posicionadas frente a frente;

§ 2º Poderá ser estabelecida uma área por face de quarteirão ou por praça para atender a demanda de embarque e desembarque do local.

Art. 2º Os veículos destinados ao transporte de escolares terão áreas exclusivas para embarque e desembarque, com a devida sinalização, obedecendo às determinações do art. 1º deste Decreto.

Art. 3º As áreas destinadas ao estacionamento de veículos para operação de carga e descarga serão isentas de tarifa e sinalizadas com placas regulamentares.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS DE MINAS

§ 1º As áreas de que trata o *caput* deste artigo serão delimitadas com o Peso Bruto Total (PBT), e estabelecerá o dia, o horário e o tempo para permanência contínua para sua utilização.

§ 2º Aplicam-se às áreas de que trata o *caput* deste artigo às determinações do art. 1º deste Decreto.

Art. 4º Ficam permitidas a circulação e o estacionamento para a operação de carga e descarga e de embarque e desembarque, nas seguintes condições:

I – em toda a área do Município, fora do perímetro do estacionamento rotativo pago “Zona Azul”, em qualquer horário;

II – em todo o perímetro do estacionamento rotativo pago – Zona Azul, entre 8:00 e 18:00 horas de segunda a sexta-feira e aos sábados de 8:00 às 14:00 horas, aos veículos cujo PBT não ultrapasse 07 (sete) toneladas, sendo que haverá pagamento de tarifa quando não utilizadas as áreas específicas para carga e descarga e o valor devido será de acordo com a quantidade de vagas ocupadas;

III – os veículos cujo Peso Bruto Total (PBT) seja superior a 7 (sete) toneladas, poderão circular, carregar ou descarregar entre 19:00 e 07:00 horas de segunda a sexta-feira e aos sábados a partir das 14:00 horas, ou parcelar a carga para distribuição em veículos de menor capacidade para acesso ao local de carga e descarga nos termos do inc. II;

IV – os veículos transportadores de produtos perigosos somente poderão carregar ou descarregar em horários e locais previamente determinados, nos termos da Legislação Federal e do Decreto nº 96.044 de 18 de maio de 1988;

V – as calçadas não poderão ser utilizadas para operações de carga e descarga ou embarque e desembarque.

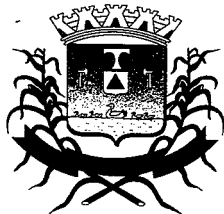
§ 1º Os veículos em operação de carga e descarga poderão permanecer estacionados continuamente, na mesma área, pelo tempo máximo de 2 (duas) horas.

§ 2º Os veículos de abastecimento de oxigênio hospitalar não se enquadram nas limitações previstas no inc. II, submetendo-se ao espaço previamente reservado pela Secretaria Municipal de Trânsito, Transporte e Mobilidade.

§ 3º As operações de carga e descarga observará o disposto em legislação própria.

Art. 5º Os equipamentos do tipo caçambas, utilizados na coleta de lixo e/ou entulhos, serão colocados nos termos estabelecidos pela legislação.

Parágrafo único: Os horários de colocação e remoção das caçambas deverão ocorrer no período compreendido entre 18:00 e 7:00 horas de segunda a sexta-feira e aos sábados após as 14:00 horas.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS DE MINAS

Art. 6º Os casos não previstos no presente Decreto e que se revestirem de condições excepcionais, serão submetidos a apreciação da Secretaria Municipal de Trânsito, Transporte e Mobilidade, por meio da Diretoria de Trânsito.

Parágrafo único. O interessado deverá apresentar requerimento em modelo próprio disponibilizado pelo órgão, devidamente justificado, com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis antes da data em que pretenda carregar, descarregar ou circular, a fim de que possa o órgão tomar as providências necessárias ao atendimento do pedido, ou avaliar possível situação excepcional.

Art. 7º A fiscalização se fará concomitantemente pela Secretaria Municipal de Trânsito, Transporte e Mobilidade e demais autoridades de trânsito competentes, nos termos da legislação vigente.

Art. 8º Aplica-se a este Decreto o disposto na Lei Municipal nº 7.361/2016, Lei nº 5.417/2004, Código de Trânsito Brasileiro – CTB – e demais regulamentações dos Órgãos de Trânsito.

Art. 9º Fica revogado o Decreto nº 4.188, de 9 de agosto de 2016.

Art. 10. Este Decreto entra em vigor em 1º de janeiro de 2018

Prefeitura Municipal de Patos de Minas, 27 de outubro de 2017.

José Eustáquio Rodrigues Alves  
Prefeito Municipal

Roberto Carlos de Campos  
Secretário Municipal de Trânsito, Transporte e Mobilidade

Jadir Souto Ferreira  
Procurador-Geral do Município